

# CARTÓRIO NOTARIAL

#### **CERTIDÃO**

| Certifico que a presente certidão é composta por seis folhas, a impressas   |
|---|
| em ambas as faces, exceto a terceira e a sexta, impressas numa só face, por |
| mim numeradas e rubricadas, foi extraída da escritura e respetivo           |
| documento complementar, exarada de folhas trinta e quatro a trinta e seis,  |
| do 'Livro de escrituras diversas' número Quarenta e Nove deste Cartório, e  |
| vai conforme o original   |
| Cartório Notarial da Notária Maria Teresa Brandão Leal, com sede na         |
| Rua Marquês Sá da Bandeira, 232, 1°, 4400-217 Vila Nova de Gaia, quinze     |
| de junho de dois mil e vinte e dois   |
| A Notária,  |
| - Tein  |
| Registo nº 🐰 IVA incluído à taxa de 23%                                     |

Vai aposto o selo branco em uso neste cartório notarial, símbolo da fé pública.

Tem documento complementar 767

Maria Teresa Brandão Leal

Notária

Livro 49 Fls. 34

### CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE

--- No dia quinze de junho de dois mil e vinte e dois, no Cartório Notarial sito na Rua Marquês Sá da Bandeira, 232, 1°, 4400-217 Vila Nova de Gaia, perante mim, Maria Teresa Brandão Leal, respetiva Notária, compareceu como outorgante: -------- MÁRIO MATEUS, NIF 145 780 961, casado com Maria Fernanda de Barros Castro Correia Mateus, sob o regime da separação de bens, natural da freguesia e concelho de Vagos, residente na Rua da Fonte Branca, nº 12, Grijó, 4415-470 Vila Nova de Gaia, titular do B.I. nº 1547682, emitido em 16/09/2003 pelos SIC de Lisboa (vitalício); --------- que outorga por si e na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Fundador e em representação da Fundação: -------- "FUNDAÇÃO CONSERVATORIO REGIONAL DE GAIA", NIPC 502 721 456, com sede na Travessa da Barrosa, nº 102, da união de freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, concelho de Vila Nova de Gaia (C.P. 4400-042), constituída por escritura pública lavrada no Cartório Notarial em Lisboa em cinco de fevereiro de mil novecentos e noventa e um, a folhas vinte e um do Livro de notas nº Vinte e Quatro-G, posteriormente alterada por escritura pública lavrada no Cartório Notarial em Vila Nova de Gaia a cargo da Notária Carmencita de Jesus Lopes de Figueiredo, em oito de maio de dois mil e quinze, de folhas dezoito a folhas vinte e um-verso do Livro de notas nº Cento e Vinte e Sete-A; ------

| qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela ata nº 62 da   |
|---|
| reunião do <i>Conselho de Administração</i> da Fundação, realizada em |
| três de maio de dois mil e vinte e dois, referente à presente         |
| constituição, pelos respetivos estatutos, cujas públicas-formas       |
| arquivo, em conjugação com a certidão permanente com o código de      |
| acesso 5662-2353-2201, válida até 03/05/2023, que consultei hoje às   |
| 10.30h, hora da celebração desta escritura;                           |
| Verifiquei a identidade do outorgante por exibição do referido        |
| documento de identificação  |
| PELO OUTORGANTE FOI DITO, POR SI E NA                                 |
| INDICADA QUALIDADE:   |
| Que, pela presente escritura, constitui uma sociedade comercial       |
| por quotas sob a firma "CONSERVATÓRIO DE GAIA, LDA",                  |
| NIPC e matrícula 516 974 491, com sede na Travessa da Barrosa, nº     |
| 102, da união de freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso,           |
| concelho de Vila Nova de Gaia (C.P. 4400-042), com o capital social   |
| de CINCO MIL EUROS, integralmente realizado em numerário, a           |
| depositar no prazo de legal de cinco (5) dias úteis junto da Caixa    |
| Geral de Depósitos, representado por duas quotas:                     |
| a) uma quota com o valor nominal de três mil e quinhentos             |
| euros (€ 3.500,00), titulada pelo aqui outorgante "MÁRIO              |
| MATEUS";  |
| b) uma quota com o valor nominal de mil e quinhentos euros (€         |
| 1.500,00), titulada pela representada do aqui outorgante, a dita      |
| "FUNDAÇÃO CONSERVATÓRIO REGIONAL DE GAIA";                            |

Maria Teresa Brandão Leal

Notária

Livro 49

--- ambos acima já identificados; ------ Que, o objeto social da sociedade que por este ato se constitui é o

seguinte: -----

--- "Promoção, divulgação e ensino da música. Ensino vocacional e artístico especializado da música através de cursos de iniciação, curso básico e curso secundário em regime articulado, integrado e supletivo. Promoção e realização de cursos de complemento de formação, cursos de aperfeiçoamento artístico, seminários e outras iniciativas artísticas de enriquecimento curricular e de dinamização cultural do meio, através de cursos especiais, grupos instrumentais, orquestra de sopros, ópera infantil, orquestra, coro e cursos de execução musical. Implementação de atividades ligadas à pesquisa e experimentação de vários métodos de ensino da música e atividades conexas abrangendo múltiplos grupos e faixas etárias nomeadamente através do ritmo e do movimento e dos benefícios dos mesmos para a saúde humana, promovendo o envelhecimento ativo, a integração de indivíduos portadores da deficiência (trissomia, autismo e outros) e o desenvolvimento psicomotor. Promoção de atividades de integração sócio cultural de grupos marginalizados ou desfavorecidos através do trabalho em grupo e cooperativo. Produção e apresentação de eventos artísticos musicais, assim como a exploração de salas de espetáculos destinadas à realização de eventos culturais e de entretenimento."-----

--- Que, a presente sociedade reger-se-á pelo contrato social que consta de um **documento complementar** elaborado nos termos do nº

Maria Teresa Brandão Leal

Notária

T Livro 49

M

| <br>ambos  | acima  | já identifi | cados; |         |         |          |      |          |     |
|------------|--------|-------------|--------|---------|---------|----------|------|----------|-----|
| <br>Oue. o | obieto | social da   | socied | ade que | e por e | este ato | se ( | constitu | iéo |

---- Que, o objeto social da sociedade que por este ato se constitui é o seguinte: -----

--- "Promoção, divulgação e ensino da música. Ensino vocacional e artístico especializado da música através de cursos de iniciação, curso básico e curso secundário em regime articulado, integrado e supletivo. Promoção e realização de cursos de complemento de formação, cursos de aperfeiçoamento artístico, seminários e outras iniciativas artísticas de enriquecimento curricular e de dinamização cultural do meio, através de cursos especiais, grupos instrumentais, orquestra de sopros, ópera infantil, orquestra, coro e cursos de execução musical. Implementação de atividades ligadas à pesquisa e experimentação de vários métodos de ensino da música e atividades conexas abrangendo múltiplos grupos e faixas etárias nomeadamente através do ritmo e do movimento e dos benefícios dos mesmos para a saúde humana, promovendo o envelhecimento ativo, a integração de indivíduos portadores da deficiência (trissomia, autismo e outros) e o desenvolvimento psicomotor. Promoção de atividades de integração sócio cultural de grupos marginalizados ou desfavorecidos através do trabalho em grupo e cooperativo. Produção e apresentação de eventos artísticos musicais, assim como a exploração de salas de espetáculos destinadas à realização de eventos culturais e de entretenimento."-----

--- Que, a presente sociedade reger-se-á pelo contrato social que consta de um **documento complementar** elaborado nos termos do nº

| dois do artigo sessenta e quatro do Código de Notariado, que fica a  |
|--|
| fazer parte integrante desta escritura e que o outorgante declara ter  |
| perfeito conhecimento do seu conteúdo, pelo que dispensa a sua   |
| leitura neste ato  |
| MAIS DECLAROU O OUTORGANTE, POR SI E NA  |
| INDICADA QUALIDADE:  |
| Que, fica desde já nomeado gerente da sociedade o aqui   |
| outorgante, "Mário Mateus", o qual declara aceitar a sua designação  |
| como gerente, não tendo conhecimento de circunstâncias suscetíveis   |
| de o inibir para a ocupação do referido cargo  |
| Que, a gerência fica, desde já, autorizada a proceder ao   |
| levantamento da quantia depositada na Caixa Geral de Depósitos,  |
| correspondente às entradas dos sócios para fazer face a despesas de  |
| constituição e registo, bem como para aquisição de bens de   |
| equipamento, bem como a celebrar quaisquer negócios jurídicos  |
| mesmo antes do registo da sociedade  |
| ASSIM OUTORGOU   |
| ARQUIVO:   |
| a) Pública-forma da referida ata;  |
| b) Pública-forma dos referidos estatutos;  |
| c) Impressão do certificado de admissibilidade de firma, com o   |
| número 2022023784, emitido pelo Registo Nacional de Pessoas  |
| Coletivas em 02/05/2022, com o código de acesso número 2870-   |
| 3151-8003, comprovativo de que a sociedade tem o NIPC 516 974  |
| 491 e o código de atividade 85593  |
| The state of the s |

Maria Teresa Brandão Leal

Notária

Livro 49

Fls. 34

| <br>d) | O | referido | documento | complementar. | *************************************** |
|--------|---|----------|-----------|---------------|---|
|        |   |          |           |               |   |

- --- Dei cumprimento ao disposto na Lei nº 89/2017, de 21 de agosto.
- --- Esta escritura, à qual confiro FÉ PÚBLICA, foi lida ao outorgante e ao mesmo explicado o seu conteúdo. -----

A Notária,

Verbete nº RC?

Registo nº 75

4/60 Mod

## DOCUMENTO COMPLEMENTAR ELABORADO NOS TERMOS DO ART. 64° DO CÓDIGO DE NOTARIADO

### CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS "CONSERVATÓRIO DE GAIA, LDA"

| ARTIGO 1.º  |
|---|
| Um A sociedade adopta a firma "CONSERVATÓRIO DE GAIA, LDA.", tem a sua sede             |
| Travessa da Barrosa, nº 102,4400-042 Vila Nova de Gaia.                                 |
|   |
| Dois - A gerência pode, por simples deliberação, deslocar a sede social para qualquer   |
| outro local em Portugal continental, bem como criar sucursais, agências, delegações, ou |
| qualquer outra forma de representação em qualquer ponto do território nacional ou no    |
| estrangeiro   |
|   |
| ARTIGO 2.º  |
| O seu objecto social consiste na "Promoção, divulgação e ensino da música.              |
| Ensino vocacional e artístico especializado da música através de cursos de iniciação,   |
| curso básico e curso secundário em regime articulado, integrado e supletivo. Promoção   |
| e realização de cursos de complemento de formação, cursos de aperfeiçoamento            |
| artístico, seminários e outras iniciativas artísticas de enriquecimento curricular e de |
| dinamização cultural do meio, através de cursos especiais, grupos instrumentais,        |
| orquestra de sopros, ópera infantil, orquestra, coro e cursos de execução musical.      |
| Implementação de atividades ligadas à pesquisa e experimentação de vários métodos       |
| de ensino da música e atividades conexas abrangendo múltiplos grupos e faixas etárias   |
| nomeadamente através do ritmo e do movimento e dos benefícios dos mesmos para a         |
| saúde humana, promovendo o envelhecimento ativo, a integração de indivíduos             |
| portadores da deficiência (trissomia, autismo e outros) e o desenvolvimento psicomotor. |



| Promoção de atividades de integração sócio cultural de grupos marginalizados ou                |
|--|
| desfavorecidos através do trabalho em grupo e cooperativo. Produção e apresentação             |
| de eventos artísticos musicais, assim como a exploração de salas de espetáculos                |
| destinadas à realização de eventos culturais e de entretenimento."                             |
| ARTIGO 3.º   |
| O capital social é de CINCO MIL EUROS, dividido em duas quotas, sendo uma do valor             |
| nominal de TRÊS MIL E QUINHENTOS EUROS pertencente ao sócio Mário Mateus e a outra             |
| do valor nominal de MIL E QUINHENTOS EUROS pertencente à sócia Fundação Conservatório          |
| Regional de Gaia.  |
| ARTIGO 4.º   |
| Um - A gerência será exercida por uma ou mais pessoas, conforme for deliberado em              |
| Assembleia Geral   |
| Dois - A fixação de remunerações dos gerentes compete à Assembleia Geral, podendo a            |
| mesma ser composta por uma parte fixa e outra parte variável.                                  |
| Três - A sociedade fica obrigada:  |
| a) pela assinatura de um gerente;  |
| b) pela assinatura simples de um procurador ou pelas assinaturas conjuntas de dois ou          |
| mais procuradores da sociedade, em cumprimento do respetivo mandato                            |
| Quatro - Compete à gerência, sem prejuízo das demais atribuições que lhe conferem a            |
| lei e o presente contrato de sociedade, gerir, com amplos poderes, todos os negócios sociais e |
| efetuar todas as operações relativas ao objeto social e ainda:                                 |
| a) representar a sociedade, em juízo ou fora dele, propor e contestar quaisquer ações,         |
| transigir e desistir das mesmas e comprometer-se em arbitragens;                               |
| b) adquirir, alienar, onerar ou realizar outras operações sobre bens imóveis ou                |
| estabelecimentos da sociedade;   |
| Cinco - É proibido aos gerentes obrigar a sociedade em atos estranhos ao seu objeto            |
| social, designadamente em letras de favor, fianças, abonações e quaisquer atos semelhantes,    |
| exceto se expressamente autorizados por deliberação da Assembleia Geral                        |
| ARTIGO 5.º   |

The day

| Um - A cessão de quotas, total ou parcial, é livremente permitida entre os sócios,              |
|---|
| podendo os mesmos, para o efeito, proceder às necessárias divisões.                             |
| Dois - No caso de cessão de quotas, total ou parcial, a estranhos, os sócios têm direito        |
| de preferência, dividindo-se a quota entre os mesmos, na proporção das respetivas quotas que    |
| já lhes pertencerem, no caso de mais de um sócio pretender exercer esse direito de              |
| preferência   |
| Três - No caso de nenhum sócio pretender exercer o direito de preferência, este                 |
| pertence à sociedade.   |
| Quatro - Tratando-se de transmissão a título gratuito ou provando-se simulação de               |
| preço, ou a simulação da primeira, a preferência será exercida pelo valor da quota, tal como    |
| resultar do último balanço aprovado   |
| ARTIGO 6.º  |
| Um - É admitida a amortização de quotas pela sociedade:   |
| a) por acordo com o sócio;  |
| <b>b)</b> se um sócio for declarado insolvente;   |
| c) ocorrendo a inabilitação, interdição ou morte do sócio;                                      |
| d) se uma sociedade proprietária de uma quota se dissolver ou for declarada insolvente;         |
| e) se uma Fundação proprietária de uma quota for declarada extinta por qualquer uma             |
| das causas legalmente previstas nos termos da Lei n.º 24/2012, de 09 de Julho;                  |
| f) se uma quota for arrolada, arrestada, penhorada, incluída em massa da insolvência            |
| ou, por qualquer forma, sujeita a arrematação judicial;   |
| g) se um sócio ceder a sua quota infringindo o disposto no artigo quinto do pacto social;       |
| h) se um sócio utilizar, para fins estranhos à sociedade e com prejuízo desta ou de             |
| algum sócio, as informações que houver obtido através do exercício do direito de informação que |
| lhe assiste.  |
| Dois - A sociedade poderá exercer o direito de amortização da quota no prazo de                 |
| noventa dias contados do conhecimento por algum gerente de qualquer dos eventos referidos       |
| nas alíneas deste artigo.   |

The os sócios,

| Um - A cessão de quotas, total ou parcial, é livremente permitida entre os sócios,              |
|---|
| podendo os mesmos, para o efeito, proceder às necessárias divisões.                             |
| Dois - No caso de cessão de quotas, total ou parcial, a estranhos, os sócios têm direito        |
| de preferência, dividindo-se a quota entre os mesmos, na proporção das respetivas quotas que    |
| já lhes pertencerem, no caso de mais de um sócio pretender exercer esse direito de              |
| preferência   |
| Três - No caso de nenhum sócio pretender exercer o direito de preferência, este                 |
| pertence à sociedade.   |
| Quatro - Tratando-se de transmissão a título gratuito ou provando-se simulação de               |
| preço, ou a simulação da primeira, a preferência será exercida pelo valor da quota, tal como    |
| resultar do último balanço aprovado   |
| ARTIGO 6.º  |
| Um - É admitida a amortização de quotas pela sociedade:   |
| a) por acordo com o sócio;  |
| b) se um sócio for declarado insolvente;  |
| c) ocorrendo a inabilitação, interdição ou morte do sócio;                                      |
| d) se uma sociedade proprietária de uma quota se dissolver ou for declarada insolvente;         |
| e) se uma Fundação proprietária de uma quota for declarada extinta por qualquer uma             |
| das causas legalmente previstas nos termos da Lei n.º 24/2012, de 09 de Julho;                  |
| f) se uma quota for arrolada, arrestada, penhorada, incluída em massa da insolvência            |
| ou, por qualquer forma, sujeita a arrematação judicial;   |
| g) se um sócio ceder a sua quota infringindo o disposto no artigo quinto do pacto social;       |
| h) se um sócio utilizar, para fins estranhos à sociedade e com prejuízo desta ou de             |
| algum sócio, as informações que houver obtido através do exercício do direito de informação que |
| lhe assiste.  |
| Dois - A sociedade poderá exercer o direito de amortização da quota no prazo de                 |
| noventa dias contados do conhecimento por algum gerente de qualquer dos eventos referidos       |
| nas alíneas deste artigo.   |

should

| 25(3)    |   |
|----------|---|
| n.<br>e  | _ <b>Três</b> – Verificando-se os pressupostos da amortização de quota, a sociedade poderá,   |
|          | _ <b>Três</b> – Verificando-se os pressupostos da ameraza, se como como como como como como como com  |
| em alter | nativa à amortização, adquiri-la ou laze-la adquirii por coste e amortização de qualquerQuatro - O montante que a sociedade tiver de pagar pela amortização de qualquer |
|          | _Quatro - O montante que a sociedade tivel de pagar pota amas   |
| quota s  | erá fixado pela Assembleia Geral, devendo essa fixação realizar-se em conformidade  |
| com o l  | balanço e as contas aprovados e respeitantes ao exercício anterior, bem como com um   |
| balanço  | o e contas especiais relativos ao período decorrido do exercício em curso, elaborado para   |
| o efe    | eito.   |
|          | Cinco - O pagamento ao insolvente ou, nos casos das alíneas a), c), d), e) e f) do  |
| númer    | o um deste artigo, ao titular das quotas em causa, será efetuado em duas prestações   |
| semes    | strais e iguais, no prazo máximo de um ano.   |
|          | ARTIGO 7.º  |
|          |   |
| por vo   | oto escrito.  |
|          | Dois - As assembleias gerais serão convocadas por meio de carta registada, expedida   |
| com a    | a antecedência mínima de quinze dias, sem prejuízo do disposto no artigo 54.º do Código   |
| das S    | Sociedades Comerciais.  |
|          | Três - A presidência das assembleias gerais caberá a um dos gerentes, a um dos socios   |
| ou a     | um terceiro que será designado pela própria assembleia geral  |
|          | Quatro - Sem prejuízo do disposto na lei, ou noutras disposições do presente contrato   |
| de s     | ociedade, as deliberações dos sócios são tomadas por maioria dos votos presentes o  |
| repre    | esentados em Assembleia Geral   |
|          | Cinco - Os sócios podem ser representados em assembleia geral por pessoa por  |
| cred     | lenciada, em documento entregue no início da mesma a quem a ela presida   |
|          | ARTIGO 8.°  |
| Oss      | sócios podem deliberar por unanimidade a afetação da totalidade dos lucros a reservas   |
|          | ARTIGO 9.°  |
| Poc      | terão ser exigidas prestações suplementares de capital aos sócios, até ao quíntuplo do capi   |
| soc      | cial, desde que a chamada seja deliberada por unanimidade   |
|          | ARTIGO 10.°   |
|          | A sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, mesmo com obje   |

| diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos       |
|---|
| complementares de empresas.   |
| ARTIGO 11º  |
| A sociedade dissolve-se nos casos, termos e condições previstos na lei                  |
| Parágrafo Primeiro: Deliberada a dissolução, a Assembleia Geral elegerá um ou mais      |
| liquidatários, fixando as suas remunerações e bem assim o prazo para a liquidação;      |
| Parágrafo Segundo: A liquidação realizar-se-á extrajudicialmente competindo ao ou       |
| aos liquidatários as atribuições e os poderes consignados nas normas legais aplicáveis  |
| ARTIGO 12.º   |
| Os preceitos legais dispositivos constantes do Código das Sociedades Comerciais         |
| podem ser revogados por deliberação dos sócios com direito de voto tomada em Assembleia |
| Geral   |
| Aos 15 dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois.                                 |
| * Nothing.  |